

Povos Indígenas no Brasil

Fonte 10 Estado de São Paulo

Class.:

241

Data 23 de outubro de 1977

Pg.:

Cimi acusa Funai de usar violência em Mato Grosso

Da sucursal de
BRÁSÍLIA

A ação da Funai entre os 18 mil índios que vivem no sul de Mato Grosso caracteriza-se, hoje, eminentemente, pela repressão, procurando atingir todas as forças internas e externas que, de uma forma ou de outra, ainda lutam a favor dos indígenas. A acusação consta de relatório divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário, segundo o qual a Funai mantém, na área, uma guarda rural, que força os índios à submissão, constantemente transferindo de postos os mais lúcidos, como já aconteceu na região de Dourados. As transferências atingem especialmente aqueles que percebem as distorções da política oficial e apontam os caminhos que as populações indígenas devem trilhar.

Segundo o Cimi, os chefes de posto, em sua quase totalidade desaprovam a atual política da Funai, quando não a criticam duramente. "Mas — afirmam os padres —, aliciados com um salário que excede o de muitos professores de universidade, ou seja, em torno de 10 mil cruzeiros, e alimentados, anos a fio, com promessas que nunca são cumpridas, eles se prestam, contra a sua própria consciência, a ser os executores da política nefasta do órgão".

Esses chefes de posto, segundo a constatação feita pelo Cimi, são levados estruturalmente a confiar apenas em índio submisso ou morto. Aquele que cria eventualmente um ambiente de confiança é marginalizado e transferido. Por esse motivo, vivem constantemente aliciados pela Funai, pelos madeireiros e fazendeiros interessados nas últimas possibilidades econômicas da reserva.

"O órgão oficial desconhece, simplesmente, a existência de centenas de índios do sul de Mato Grosso — diz o relatório —, dispersos pelas fazendas e cidades onde trabalham em regime de semi-escravidão. Ao contrário, indiretamente, fomenta este estado de coisas quando, em flagrante desrespeito ao Estatuto do Índio, facilita a sua contratação para as fazendas".

O Cimi denuncia que centenas de índios são peões em fazendas que se instalaram ilegalmente nas já reduzidas terras indígenas. Esse é um caso que

pode ser verificado nas localidades de Campestre e Pinhalzinho, onde vivem dois grupos Kaiowá aldeados, sem a garantia da terra ou assistência da Funai.

"Estradas invadem livremente as terras indígenas — continua o relatório — introduzindo nelas os invasores e o câncer do patrimônio indígena. Por outro lado, o paternalismo e assistencialismo que reinam na área entram o desenvolvimento dos valores nativos".

PRESSÕES

Os representantes do Cimi acusam a Funai de exercer forte pressão contra os missionários e bispos católicos que se congregam em torno da entidade. "A má vontade da Funai chega a ser ridícula — dizem os missionários — e pode ser verificada num episódio acontecido recentemente. Apresentamos ao diretor do Departamento Geral de Operações da Funai um relato dos principais problemas enfrentados pelas comunidades indígenas do sul do Mato Grosso e seu dirigente aprovou as reivindicações prometendo uma solução para os problemas. Alguns dias depois, no entanto, determinava a expulsão do bispo de Teófilo Otoni e mais dois outros missionários do Cimi que visitavam a área indígena de Maxacali, em Minas Gerais.

Os missionários condenaram, também, a intenção do governo de emancipar os índios Terena, uma das comunidades mais representativas da região. "Diante da reação indignada da opinião pública — diz o relatório — essa meta foi escamoteada com algumas palavras que não chegaram a ser convicentes, o que exige o prosseguimento da luta, tendo em vista que o objetivo foi apenas adiado para um momento mais propício."

Os índios Terena foram proibidos de falar sobre o assunto pelos funcionários da Funai "e agora aguardam os acontecimentos em meio às nebulosas perspectivas de uma situação que não chegam a entender".

Para o Cimi, a tentativa do governo de liberar os Terena da tutela deixou claro o cumprimento de um ato demagógico cujas intenções estariam diretamente relacionadas com a liberação de áreas indígenas que atualmente recebem a proteção do Estatuto do Índio.